Revista Poíesis Pedagógica

Ano 2025 – Jan./Dez.
Volume 23, e2025009
Páginas 1–14
ISSN 2178–4442
10.69532/2178-4442.v23.75025

Artigo Original

Expansão da Educação Superior e a Reprodução das Desigualdades: Pensamento Bourdiesiano e a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE)

Expansion of Higher Education and the Reproduction of Inequalities: Bourdieu's Thought and Target 12 of the National Education Plan

Expansión de la Educación Superior y la Reproducción de las Desigualdades: Pensamiento Bourdiano y la Meta 12 del Plan Nacional de Educación

Viviane Gaspar Abrão
Universidade Federal de Goiás

Karine Nunes de Moraes
Universidade Federal de Goiás

Resumo

Este artigo analisa como as políticas educacionais brasileiras impactam o acesso à educação superior, considerando desigualdades sociais, raciais e de gênero. A partir do Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2024, examina-se a ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente entre diferentes grupos de cor/raça e gênero. A metodologia é uma análise qualiquantitativa, com base em dados estatísticos extraídos de tabelas e gráficos do referido relatório. Utiliza-se o referencial teórico de Pierre Bourdieu, com ênfase nos conceitos de *habitus* e campo educacional para compreender como desigualdades sociais e culturais influenciam as oportunidades de ingresso e permanência na educação superior. Os resultados indicam que, embora políticas afirmativas, como o sistema de cotas, tenham ampliado o acesso, persistem as desigualdades estruturais que limitam a permanência e o sucesso de grupos historicamente marginalizados, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão.

Palavras-chave: Educación superior. Plan Nacional de Educación. Desigualdades sociales. Habitus. Campo educativo.

Abstract

This paper analyzes how Brazilian educational policies affect access to higher education, considering social, racial, and genderin equalities. Based on the 5th Monitoring Cycle Report of the National Education Plan (PNE) – 2024, it examines the expansio no fhigher education access in Brazil, especially among different race/color and gender groups. The methodology consists of a qualitative and quantitative analysis, using statistical data extracted from tables and graphs in the official report. The theoretical frame work is based on Pierre Bourdieu, emphasizing the concepts of habitus and educational field tounder stand how social and cultural in equalities influence opportunities for access and retention in higher education. The results indicate that, al though affirmative actions, such as the quota system, have expanded access, structural in equalities still limit the permanence and success of historically marginalized groups, high lighting the need to improve public inclusion policies.

Keywords: Higher education. National Education Plan. Social inequalities. Habitus. Educational field.

Resumen

Este artículo analisa como las políticas educativas brasileñas afectan el acceso a la educación superior, considerando las desigualdades sociales, raciales y de género. A partir del Informe del 5º Ciclo de Monitoreo del Plan Nacional de Educación (PNE) – 2024, se examina la Expansión del acceso a la educación superior en Brasil, especialmente entre los diferentes grupos de color/raza y género. La metodología utilizada es um análisis cualitativo y cuantitativo, basado em datos estadísticos extraídos de tablas y gráficos del informe oficial. El marco teórico se basa en Pierre Bourdieu, com énfasis em los conceptos de habitus y campo educativo, para compreender como las desigualdades sociales y cultural es influyenen las oportunidades de ingreso y permanência em la educación superior. El análisis muestra que, aunque-las políticas afirmativas, como el sistema de cuotas, ampliaron el acceso, las desigualdades estructural esaún limitan la permanencia y el éxito de los grupos históricamente marginados, destacando la necesidad de mejorar las políticas públicas de inclusión.

Palabras clave: Educación superior. Plan Nacional de Educación. Desigualdades sociales. Habitus. Campo educativo.

CC BY

OPEN ACCESS

1. INTRODUÇÃO

A teoria de Pierre Bourdieu sobre a educação, o capital cultural e a reprodução social oferecem uma reflexão sobre como os sistemas educacionais não apenas refletem, mas também reproduzem desigualdades sociais. Bourdieu demonstra que a educação, longe de ser um campo neutro, funciona como um mecanismo que reproduz e legitima desigualdades sociais, fazendo a manutenção das estruturas de poder. A educação, portanto, é compreendida como um campo no qual se disputa o acesso e a distribuição de um bem valioso: o capital cultural. O capital cultural, ao contrário do capital econômico ou social, refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e disposições valorizados pelas instituições educacionais e pelo mercado de trabalho. O capital cultural pode se manifestar de diversas formas, como a forma de falar, os gostos culturais, o domínio de determinadas linguagens ou habilidades e, até mesmo, o conhecimento das normas e regras implícitas do sistema educacional. Aqueles que dominam esse capital, geralmente são pertencentes às classes sociais mais altas, possuem vantagens no acesso a uma educação de qualidade e, consequentemente, na ascensão social.

A reprodução das desigualdades é, muitas vezes, mascarada pela crença no mérito individual, amplamente defendida em sociedades capitalistas e meritocráticas. Bourdieu, no entanto, desmascara esse mito, mostrando que o sucesso escolar e a possibilidade de mobilidade social não são definidos apenas pelo esforço ou mérito dos indivíduos, mas também pelas condições sociais em que estão inseridos, pelas oportunidades que lhes são dadas e pelo capital cultural e econômico que possuem. Assim, as instituições educacionais acabam refletindo e reproduzindo as desigualdades sociais já existentes.

A crítica de Bourdieu não se limita apenas a uma análise das desigualdades dentro do campo educacional. Antes, serve como um convite à reflexão sobre como a educação pode ser transformada em um mecanismo de inclusão social, rompendo com os ciclos de reprodução de privilégios e proporcionando a todos os indivíduos as mesmas oportunidades de acesso ao capital cultural.

Este artigo tem como objetivo analisar como as políticas educacionais impactaram o acesso à educação superior no Brasil, considerando as desigualdades sociais, raciais e de gênero. A metodologia adotada foi a abordagem qualiquantitativa baseada em dados do Plano Nacional de Educação (PNE), relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Censo da Educação Superior e análise documental e dados estatísticos sobre acesso por renda, gênero, raça e regiões do Brasil. Para isso, optou-se por analisar os indicadores sobre a educação superior extraídos do 5º Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024), considerando os dados sobre o perfil econômico, gênero e raça/cor, levando em consideração as políticas de ação afirmativa voltadas para a ampliação do acesso à educação superior. Em particular, concentrou-se na análise da Meta 12 do PNE, conforme descrita no Relatório.

A questão que norteou este estudo foi: apesar das políticas de expansão da educação superior, a reprodução das desigualdades sociais persiste nesse nível de ensino? A hipótese que guiou nossa análise é que, apesar do crescimento do número de matrículas na educação superior, as desigualdades sociais ainda se reproduzem devido a fatores estruturais que continuam a influenciar o desempenho e as oportunidades dos estudantes, especialmente os provenientes de classes sociais mais baixas.

Para essa análise considerou-se a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**1**, que versa sobre a ampliação ao acesso à educação superior. A meta visa aumentar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Isso exige um esforço significativo para aumentar a oferta de vagas nas instituições de ensino superior, tanto no setor público quanto no privado, com destaque para a expansão das universidades públicas e a criação de novos campi, além de programas de acesso como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

No entanto, a Meta 12 não se limita a ampliar o acesso, mas também a garantir qualidade e equidade no ensino. Em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e regionais, a ampliação do acesso à educação superior deve considerar as especificidades de grupos sociais historicamente excluídos, como os de baixa renda, negros, indígenas e mulheres, que enfrentam maiores barreiras para entrar e permanecer na educação superior.

A estrutura do artigo é organizada da seguinte forma: Tópico 2 "Educação, Reprodução Social e Desigualdades Sociais", no qual se explora a teoria de Pierre Bourdieu, que sustenta que a educação, longe de ser apenas um meio de ascensão social, também funciona como um mecanismo que reproduz as desigualdades. Neste ponto, são discutidos os conceitos de *habitus* e campo educacional, e como esses elementos influenciam a reprodução das disparidades sociais no contexto educacional. No Tópico 3 "Plano Nacional de Educação (PNE): Expansão da Educação Superior e Desigualdades Sociais", o artigo analisa os objetivos do PNE 2014-2024, destacando a Meta 12, que busca expandir o acesso ao ensino superior e alcançar uma taxa bruta de matrícula de 50% e a taxa líquida de 33% da população de 18 a 24 anos, abordando também a relação entre as políticas educacionais e a promoção da inclusão. Finalmente, nas "Considerações Finais', são apresentadas reflexões sobre os dados analisados do PNE à luz da teoria de Bourdieu, com ênfase nas desigualdades persistentes no acesso à educação superior e nas implicações dessas desigualdades para a formação de uma sociedade mais equitativa.

2. EDUCAÇÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS

A escola, frequentemente idealizada como um espaço de igualdade de oportunidades e mobilidade social, apresenta-se como um dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Enquanto componente do campo educacional, legitima valores, práticas e formas de capital cultural das classes dominantes, sob o véu da neutralidade e desempenho segundo o mérito individual. A escola atua como uma instância tanto de socialização como de reprodução das relações de poder, validando valores culturais das classes dominantes como sendo valores universais, muitas vezes, ignorando a diversidade cultural das camadas populares e reforçando as desigualdades existentes.

Segundo Bourdieu,

> [...] têm seu princípio na instituição escolar, investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu ***habitus*** [...] (Bourdieu, 1974, p. 346).

1 O PNE 2024-2025 foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025 através da Lei nº 14.934 de 25 de julho de 2024.

A partir de pesquisas realizadas na Argélia e entre camponeses da região francesa de Béarn (Bourdieu, 1963), o conceito de *habitus* emerge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. De maneira paradoxal, se o conceito de *habitus* foi idealizado como um mecanismo de mediação, um princípio que conecta as ações individuais às condições sociais de vida, é no seu desencontro que ele se manifesta de forma clara. Em investigações realizadas na Argélia durante as décadas de 1950 e 1960, Bourdieu (1963) identificou o estado de vulnerabilidade enfrentado por pessoas retiradas de um contexto rural e inseridas em um cenário urbano e capitalista. Sem dispor de ferramentas ou esquemas de percepção que lhes permitissem lidar com essa condição de fragilidade, como seria possível interpretar suas condutas e ações? Desenvolvido em um ambiente específico, o conceito de *habitus* atinge uma abrangência universal, convertendo-se em uma ferramenta teórica que possibilita compreender a coerência das características mais variadas de sujeitos expostos às mesmas condições sociais de existência (Pinto, 2000).

É possível generalizar o alcance universal do conceito de *habitus*, uma vez que, durante as décadas de 1960 e 1970, Bourdieu e sua equipe desenvolveram várias pesquisas que vieram confirmar a capacidade teórica do conceito.

Habitus é então compreendido como

> [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65).

Habitus, segundo Bourdieu (1983), é um sistema de disposições duráveis, historicamente construídas, que organiza práticas e percepções. Ele reflete as condições sociais vividas pelos indivíduos e conecta suas ações ao contexto estrutural no qual estão inseridos. Assim, alunos provenientes de famílias que transmitem formas de capital cultural valorizadas pela escola, como domínio de linguagens formais e hábitos de leitura, apresentam maior facilidade de adaptação e sucesso acadêmico. Por outro lado, aqueles oriundos de contextos distintos enfrentam desafios estruturais que frequentemente são interpretados como desinteresse ou incapacidade.

Refletir sobre a conexão entre o indivíduo e a sociedade à luz do conceito de *habitus* significa reconhecer que o que é individual, pessoal e subjetivo é, ao mesmo tempo, social e coordenado de forma coletiva. "O *habitus* pode ser entendido como uma subjetividade moldada socialmente" (Bourdieu, 1992, p. 101). Nesse sentido, ele deve ser compreendido como um conjunto de estruturas de percepção, assimilação e ação que são vivenciadas e aplicadas, considerando que as circunstâncias de um campo específico o incentivam.

Para a compreensão de *habitus* é necessário reconhecer a relação de interdependência entre o conceito de *habitus* e campo (Bourdieu, 1992), que sempre fez parte do corpo teórico da obra de Bourdieu, em que campo seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Ou seja, para Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de relativa autonomia, regidos por regras próprias.

As ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são, antes, produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura. "*Habitus*, sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas" (Bourdieu, 1992, p. 108).

Nesse sentido, as noções de *illusio* e estratégia são importantes. *Illusio,* também conhecida como *interesse,* é aqui entendida como uma motivação inerente a todo indivíduo dotado de um *habitus* e em determinado campo. A noção de estratégia visa apreender as práticas inconscientes como produtos dos *habitus* ajustados a uma determinada demanda social. A compreensão dessa dinâmica é aprofundada pela Teoria Geral dos Campos, central na obra de Bourdieu, que investiga as relações de poder nos espaços sociais.

> Bourdieu criou a noção de campo como uma forma de explorar e pesquisar a atividade humana. Contudo, a ideia de campo social sozinha não tem poder explicativo fortemente capaz de atingir esse objetivo. Então ele formulou uma teoria que uniu três conceitos interdependentes – o campo, o capital e o ***habitus*** –, essenciais para o entendimento do mundo social, estando, portanto, "amarrados num só górdio que poderia ser compreendido apenas através de desconstruções caso a caso" (Thomson, 2018, p. 98).

Para Bourdieu (2006), os campos sociais constituem sistemas de relações em que agentes interagem e disputam diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico). Os campos sociais, econômicos, políticos e culturais possuem autonomia relativa, mas são interdependentes. Por exemplo, o campo econômico pode influenciar o político por meio de investimentos e regulações, assim como o campo cultural alimenta o campo social ao produzir intelectuais e trabalhadores que moldam as relações sociais (Bourdieu, 1996). Essa interconexão entre os campos ocorre tanto por meio de conflitos quanto pela circulação de ideias e formação de estruturas homólogas, evidenciando que o mundo social não é fragmentado, mas entrelaçado em redes de interações (Bourdieu, 2005). Essas interações são mediadas pelo capital específico de cada campo, que, somado a outras formas de capital, define as possibilidades de ascensão ou manutenção de posições dentro do espaço social. Agentes com maior acúmulo de capital estão em vantagem, sendo capazes de ampliar suas posses e exercer maior controle sobre o campo (Thomson, 2018).

Bourdieu desenvolveu sua Teoria dos Campos para superar as dicotomias entre subjetivismo e objetivismo, propondo uma abordagem relacional, sendo assim, os campos são vistos como microcosmos com dinâmicas próprias, onde os agentes não apenas reproduzem estruturas objetivas, mas também desenvolvem estratégias subjetivas baseadas em seus capitais disponíveis. O campo social não oferece igualdade de condições entre os participantes, os agentes com maior volume de capitais, sejam eles econômicos, culturais ou simbólicos, desfrutam de vantagens significativas, utilizando essas posições privilegiadas para consolidar seu poder e garantir o sucesso em detrimento de outros (Thomson, 2018).

Entre os diferentes tipos de capital, Bourdieu (1986) identifica o econômico, o cultural e o social como metacampos. O capital econômico, por exemplo, é de fácil conversibilidade em outras formas e se manifesta em bens materiais, como patrimônio e dinheiro. Já o capital cultural, que pode existir em estado incorporado, objetivado ou institucionalizado, reflete disposições adquiridas, como competências intelectuais e títulos acadêmicos, que possuem valor simbólico e material

no mercado social. Por sua vez, o capital social refere-se à rede de relações e conexões que os agentes mantêm, possibilitando acesso a recursos, informações e oportunidades por meio de vínculos interpessoais. Thiry-Cherques (2006) reforça que essas formas de capital não operam de forma isolada, mas em interdependência, onde a conversibilidade entre elas desempenha um papel estratégico na perpetuação ou transformação das posições ocupadas pelos agentes nos campos. Assim, o capital não apenas define as relações no interior do campo, mas também é utilizado como ferramenta para manutenção ou mudança das estruturas sociais, por meio da modalidade social.

A mobilidade social, tema central da sociologia nas décadas de 1950 e 1960, foi amplamente debatida por Bourdieu, para criticar as explicações baseadas apenas no mérito individual. Para ele, as trajetórias dos agentes são determinadas não apenas por suas capacidades, mas também pelas condições estruturais que moldam o espaço social. Indivíduos que compartilham origens sociais semelhantes desenvolvem disposições que refletem o *habitus* de classe, limitando suas possibilidades de mobilidade social. Mesmo quando ocorre mobilidade, ela é marcada pelas disposições de origem, evidenciando a dificuldade de romper completamente com as condições impostas.

Bourdieu argumenta que as estratégias de conservação de poder das classes dominantes reforçam as barreiras à mobilidade. O conceito de "encerramento social", introduzido por Weber e expandido por Bourdieu, descreve como grupos privilegiados restringem o acesso a oportunidades para proteger sua hegemonia. Essas dinâmicas tornam a mobilidade social um fenômeno profundamente condicionado, que reflete as desigualdades estruturais do espaço social. A manutenção das hierarquias sociais impacta diretamente a reprodução e transformação das estruturas, especialmente no campo educacional.

Reconhecer essas limitações permite uma análise crítica das práticas sociais e das relações de poder. A abordagem de Bourdieu oferece uma lente poderosa para entender como a educação reflete e reforça as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para sua transformação. Políticas educacionais inclusivas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural são fundamentais para reverter as dinâmicas de exclusão e promover uma sociedade mais equitativa. A tensão entre mérito individual e condicionamento estrutural, assim como os desafios da mobilidade social, destacam a necessidade urgente de transformar o sistema educacional em um espaço que atenda às demandas de justiça e inclusão social.

A análise da evolução da Meta 12 do PNE, em que pese a expansão da educação superior, paradoxalmente, indica a continuidade de desigualdades sociais neste nível educacional, mesmo com a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais. Essas desigualdades se apresentam tanto em relação ao perfil econômico como ao gênero e raça/cor dos estudantes, como será demonstrado a seguir.

3. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESIGUALDADES SOCIAIS

A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 tem como objetivo principal ampliar o acesso à educação superior no Brasil. Especificamente, ela busca elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até 2024. Além disso, um

dos pontos centrais da Meta 12 é garantir que pelo menos 40% das novas matrículas na educação superior sejam realizadas no segmento público (Brasil, 2024).

O objetivo de ampliar o acesso à educação superior é parte de uma estratégia mais ampla do PNE para reduzir as desigualdades sociais, regionais e de gênero, promovendo a inclusão social e a superação da discriminação por meio da educação (Brasil, 2024). Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE) não contempla a universalização plena da educação superior, como evidenciado pela Meta 12. De fato, o PNE, em sua essência, não assegura o acesso à educação, mas estabelece como uma meta o alcance desse objetivo, orientando as políticas públicas.

Tabela 1 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2013-2023

Ano	Matrículas nos Cursos de Graduação					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2013	**7.305.977**	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	**7.828.013**	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
2015	**8.027.297**	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016	**8.048.701**	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623
2017	**8.286.663**	2.045.356	1.306.351	641.865	97.140	6.241.307
2018	**8.450.755**	2.077.481	1.324.984	660.854	91.643	6.373.274
2019	**8.603.824**	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678
2020	**8.680.354**	1.956.352	1.254.080	623.729	78.543	6.724.002
2021	**8.986.554**	2.078.661	1.371.128	633.785	73.748	6.907.893
2022	**9.443.597**	2.076.517	1.344.835	655.492	76.190	7.367.080
2023	**9.976.782**	2.069.130	1.327.057	664.561	77.512	7.907.652

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

A Tabela 1 que apresenta o número de matrículas nos cursos de graduação por categoria administrativa (pública e privada), também revela tendências importantes. Em 2023, o total de matrículas foi de 9.976.782, com 2.069.130 matrículas no setor público e 7.907.652 no setor privado. Esse grande número de matrículas no setor privado destaca a dependência do Brasil em relação às instituições privadas de ensino superior para atender a demanda por educação. No entanto, a desigualdade entre as matrículas nas instituições públicas e privadas continua a ser uma questão relevante. Embora o número de matrículas nas universidades públicas tenha aumentado ao longo do tempo, com destaque para o crescimento das matrículas federais, a participação das instituições privadas permanece dominando o cenário educacional brasileiro, ou seja, a educação nas mãos de grandes empresários, pertencentes a camada rica da sociedade (Carvalho; Oliveira, 2022).

O crescimento das modalidades a distância pode ser um reflexo de políticas públicas que buscam democratizar o acesso, mas também exige um olhar atento à qualidade do ensino oferecido, pois a falta de infraestrutura e de acompanhamento adequado pode prejudicar o desempenho dos estudantes, principalmente aqueles de classes sociais mais baixas. A ampliação do acesso deve ser acompanhada de políticas que promovam a qualidade educacional, a permanência dos alunos nas instituições e a redução das desigualdades regionais e sociais (Carvalho; Oliveira, 2022).

Tabela 2 - Acesso à graduação, população de 18 a 24 anos, taxa bruta de matrículas na graduação, por cor/raça – Brasil – 2013-2023

TBM e seus componentes		Cor ou raça					
		Todas	Branca	Amarela	Preta	Parda	Indígena
População que frequenta a graduação (A)	2012	7.133.142	4.298.045	72.411	380.671	2.368.159	13.855
	2023	9.034.287	4.529.887	82.055	922.386	3.459.287	37.478
	Dif. 2023-2012	1.901.145	231.842	9.644	541.715	1.091.128	23.623
	Var.%	26,7%	5,4%	13,3%	142,3%	46,1%	170,5%
População de 18 a 24 anos (B)	2012	23.803.822	10.370.969	96.883	1.634.801	11.653.162	48.007
	2023	22.279.961	8.615.458	146.660	2.503.649	10.923.454	89.178
	Dif. 2023-2012	-1.523.861	-1.755.511	49.777	868.847	-729.708	41.171
	Var.%	-6,4%	-16,9%	51,4%	53,1%	-6,3%	85,8%
TBM (A/B)	2012	30,0%	41,4%	74,7%	23,3%	20,3%	28,9%
	2023	40,5%	52,6%	55,9%	36,8%	31,7%	42,0%
	Dif. 2023-2012	10,6 p.p.	11,1 p.p.	-18,8 p.p.	13,6 p.p.	11,3 p.p.	13,2 p.p.
	Var.%	35,3%	26,9%	-25,1%	58,2%	55,8%	45,6%

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

A Tabela 2 apresenta a taxa bruta de matrícula na graduação por cor/raça no Brasil entre 2013 e 2023 e revela tanto avanços no acesso à educação superior quanto disparidades persistentes entre os diferentes grupos raciais. O número total de pessoas que frequentam a graduação aumentou significativamente, com um crescimento de 26,7% no total de matrículas entre 2012 e 2023, o que reflete, em parte, o efeito das políticas públicas voltadas para a democratização do ensino superior, como as cotas raciais e os programas de financiamento estudantil.

No entanto, ao segmentar os dados por cor/raça, as desigualdades ainda são gritantes. A população branca continua a ser a que possui o maior número de matrículas na graduação, com 4.529.887 matrículas em 2023, e um aumento mais modesto (5,4%) em relação a 2012. Em contraste, a população preta teve um aumento significativo de 142,3% na matrícula, mas ainda possui uma base de matrículas muito menor em comparação aos brancos, com apenas 922.358 matrículas em 2023. Isso evidencia o impacto das políticas afirmativas, que têm contribuído para o aumento da inclusão de negros no ensino superior, mas também destaca como essa população ainda é marginalizada em termos de acesso à educação de qualidade e à quantidade de vagas disponíveis (Carvalho; Oliveira, 2022).

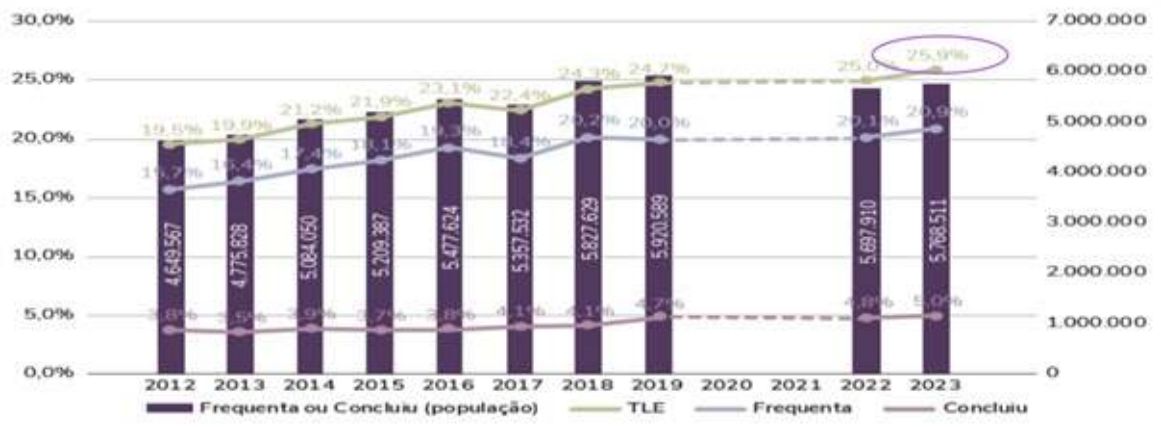
A população parda, com um aumento de 46,1%, também mostrou progressos, embora o número absoluto de matrículas ainda seja menor quando comparado com os brancos, o que reflete as desigualdades socioeconômicas e educacionais que atingem este grupo. Já a população indígena, embora tenha apresentado um crescimento no número de matrículas, ainda representa uma parcela muito pequena do total, com apenas 37.478 matrículas em 2023, o que evidencia a exclusão e a invisibilidade social dessa população no campo educacional (Carvalho; Oliveira, 2022).

Além disso, a tabela também destaca a redução da taxa bruta de matrícula (TBM) entre a população amarela e indígena, com quedas de 6,3% e 6,2%, respectivamente. Essas quedas podem indicar uma desaceleração do crescimento no acesso a essas populações ou até mesmo a dificuldade em garantir a permanência e o sucesso acadêmico, fatores importantes a serem considerados na formulação de políticas públicas mais eficazes (Carvalho; Oliveira, 2022).

O dado mais alarmante é a diferença na taxa de matrícula entre os diferentes grupos, com os brancos mantendo uma taxa de 41,4% de matrícula, enquanto os negros e pardos têm taxas significativamente mais baixas (19,1% e 23,7%, respectivamente), indicando que, embora as políticas de inclusão tenham sido eficazes em aumentar o número de matrículas, ainda há uma grande de-

sigualdade no acesso, refletindo não apenas a desigualdade no campo educacional, mas também a persistente exclusão social e econômica de determinados grupos.

Gráfico 1 - Taxa Líquida de Escolarização na educação superior e seus componentes – Brasil – 2012-2023



Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

O Gráfico 1 revela a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na educação superior no Brasil entre 2012 e 2023, segmentada em três componentes: Frequentou ou Concluiu, Frequenta e Concluiu. A TLE é um indicador importante, pois mede o acesso ao ensino superior considerando a faixa etária da população em idade acadêmica, fornecendo uma visão detalhada sobre a participação efetiva dos jovens no ensino superior.

A Taxa Líquida de Escolarização (TLE) apresenta um crescimento contínuo ao longo dos anos, saltando de 19,5% em 2012 para 25,9% em 2023. Esse crescimento é um reflexo das políticas públicas de expansão do acesso ao ensino superior, como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o Programa Universidade para Todos (ProUni), e as ações de interiorização das universidades. No entanto, embora o aumento seja positivo, a taxa de 25,9% ainda representa uma grande lacuna, considerando que uma parcela significativa da população jovem continua sem acesso ao ensino superior (Carvalho; Oliveira, 2022).

O componente "Frequentou" indica a quantidade de pessoas que estão (naquele período) efetivamente matriculadas em cursos de graduação, independentemente de concluírem o curso. Esse dado mostrou uma variação estável ao longo dos anos, com pequenas flutuações. Em 2023, o número de pessoas que frequentaram o ensino superior subiu para aproximadamente 25,5% da população de 18 a 24 anos. Isso reflete a continuidade das políticas de expansão de vagas nas universidades públicas e privadas, mas também aponta para a necessidade de políticas mais robustas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes (Carvalho; Oliveira, 2022).

O componente "Concluiu", por sua vez, reflete a taxa de conclusão da graduação. Observa-se que, embora o número de matrículas esteja crescendo, a taxa de conclusão permanece relativamente estável ao longo do período analisado, com um aumento pequeno, mas constante, em sua participação. Em 2023, cerca de 14,5% da população de 18 a 24 anos já havia concluído o ensino superior, o que sugere que, apesar de mais pessoas estarem entrando no sistema de ensino superior, as taxas de evasão e os desafios de permanência continuam a ser questões centrais a serem enfrentadas pelas políticas educacionais.

Gráfico 2 - Taxa Líquida de escolarização na educação superior, por renda domiciliar per capita – Brasil – 2016-2022



Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

O Gráfico 2 revela uma disparidade persistente nas taxas de escolarização no ensino superior no Brasil, especialmente quando se observa o percentual de taxa líquida de escolarização entre os 20% da população com menor renda e os 20% com maior renda. A Taxa Líquida de Escolarização, que mede a proporção de indivíduos em uma faixa etária específica que estão efetivamente matriculados no ensino superior, mostra que, de 2016 a 2022, houve uma melhora na taxa de matrícula entre os 20% de maior renda, mas a diferença entre as duas faixas de renda permanece expressiva.

Em 2016, a taxa de escolarização dos 20% de maior renda foi de 59,2%, e, em 2022, essa taxa diminuiu ligeiramente para 58,6%, com uma tendência geral de leve estabilidade ou declínio ao longo do período. Já os 20% da população de menor renda apresentaram taxas muito mais baixas: em 2016, a taxa de escolarização foi de apenas 6,2%, e em 2022, ela alcançou 8,4%. Embora tenha ocorrido um aumento gradual ao longo dos anos, a diferença entre as duas faixas de renda é conflitante.

Esses dados indicam que, apesar dos avanços no acesso ao ensino superior, principalmente após a implementação de políticas públicas como as cotas para estudantes de baixa renda, a desigualdade social ainda é um obstáculo significativo para o acesso à educação superior. Embora o Brasil tenha adotado medidas para democratizar o acesso à educação, como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), a taxa de escolarização dos 20% mais pobres ainda está muito aquém dos níveis observados para os 20% mais ricos, evidenciando que as políticas de inclusão ainda são insuficientes para garantir um acesso equitativo ao ensino superior para todos os grupos sociais (Carvalho; Oliveira, 2022).

Gráfico 3 - Taxa de Escolarização na educação superior, por gênero e cor/raça – Brasil – 2013-2023



Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

O Gráfico 3 mostra a taxa de escolarização na educação superior no Brasil por gênero e cor/raça entre 2013 e 2023 e revela algumas tendências interessantes, embora continue a evidenciar desigualdades importantes que ainda persistem no acesso à educação superior no país.

Observa-se que a taxa de escolarização das mulheres em comparação aos homens têm sido consistentemente mais alta ao longo dos anos, tanto para as mulheres brancas quanto para as mulheres de populações pretas, pardas e indígenas (PPI). As mulheres brancas, em particular, apresentaram um crescimento considerável na taxa de escolarização, passando de 32,7% em 2013 para 40,3% em 2023. Esse aumento reflete a crescente presença das mulheres no ensino superior e pode ser visto como um reflexo de avanços nas políticas de inclusão e nas mudanças das expectativas sociais em relação ao papel das mulheres na educação e no mercado de trabalho.

Embora o desempenho das mulheres seja mais expressivo, os homens brancos ainda apresentam uma taxa de escolarização superior à dos homens de populações pretas, pardas e indígenas (PPI). Mesmo assim, a taxa de escolarização dos homens brancos cresceu mais lentamente, indo de 26,2% em 2013 para 29,9% em 2023. Isso sugere que, enquanto as mulheres de todas as raças estão avançando de forma mais rápida na educação superior, os homens, especialmente os homens brancos, ainda enfrentam desafios em termos de acesso e retenção nas universidades (Carvalho; Oliveira, 2022).

Por outro lado, a taxa de escolarização dos homens e mulheres de PPI permanece significativamente mais baixa em comparação aos grupos de brancos. Em 2023, as mulheres PPI alcançaram uma taxa de 21,2%, enquanto os homens PPI atingiram apenas 15,6%. Embora haja um aumento gradual na participação desses grupos no ensino superior, o crescimento ainda é insuficiente para reduzir a disparidade racial. O gráfico mostra que, apesar das políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, o acesso à educação superior continua sendo uma realidade distante para muitas pessoas negras, pardas e indígenas. O crescimento nas taxas de escolarização para essas populações é importante, mas o ritmo de expansão não parece ser suficiente para igualar as oportunidades com as dos brancos, principalmente no que diz respeito à permanência e ao sucesso acadêmico (Carvalho; Oliveira, 2022).

O gráfico também evidencia um paradoxo: embora o Brasil tenha avançado no aumento das matrículas no ensino superior, principalmente para mulheres e PPI, as desigualdades de gênero e raça continuam a ser um obstáculo para a plena democratização da educação superior. As disparidades observadas não se limitam ao simples acesso, mas envolvem questões mais complexas, como a qualidade da educação básica que cada grupo recebe, a disponibilidade de suporte acadêmico e financeiro, e a inclusão social no ambiente universitário. Além disso, é essencial considerar as barreiras externas que os estudantes de populações PPI enfrentam, como a falta de recursos, o preconceito racial e a desigualdade socioeconômica, que impactam diretamente a permanência e o sucesso nas universidades (Carvalho; Oliveira, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados, através dos gráficos e tabelas sobre a educação superior no Brasil entre 2013 e 2023, revela avanços consideráveis no aumento do acesso à educação, mas também expõe as profundas desigualdades que ainda marcam o sistema educacional, particular-

mente em relação a fatores de raça, classe social e gênero. Esses dados analisados pela lente da teoria de Pierre Bourdieu oferecem uma perspectiva valiosa para compreender como o *habitus* e o campo educacional interagem na reprodução das desigualdades sociais.

O conceito de *habitus*, que se refere ao sistema de disposições internalizadas a partir das experiências e das condições sociais, nos permite entender que as oportunidades de acesso e sucesso na educação superior não são distribuídas de forma igualitária. As disparidades observadas nos gráficos e tabelas entre as populações brancas e as de negros, pardos e indígenas, bem como entre homens e mulheres, revelam como o *habitus* de diferentes grupos sociais se alinha com as expectativas e exigências do campo educacional. Enquanto os indivíduos das classes sociais mais altas possuem um *habitus* que se adapta e é valorizado dentro do sistema educacional, os estudantes de grupos raciais e sociais historicamente marginalizados enfrentam barreiras estruturais que dificultam o acesso pleno ao capital cultural necessário para o sucesso acadêmico.

O campo educacional, conforme descrito por Bourdieu, é um espaço onde diferentes agentes competem por um recurso valioso: o capital cultural. No contexto brasileiro, o campo educacional tem sido marcado pela luta entre classes sociais e entre diferentes grupos raciais, com os mais ricos e os brancos historicamente dominando o acesso e a produção de conhecimento dentro das universidades. Embora políticas de ação afirmativa, como as cotas, tenham contribuído para um aumento no acesso de grupos mais desfavorecidos, as desigualdades no *habitus* e no capital cultural continuam a reproduzir essas desigualdades no campo da educação superior, como evidenciado pela persistente disparidade nas taxas de matrícula entre os diferentes grupos.

Ainda que o aumento das matrículas e a ampliação do acesso representem avanços importantes, os dados também indicam que as políticas públicas precisam ser mais robustas e abrangentes, abordando não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade do ensino para os estudantes de populações negras, pardas, indígenas e de baixa renda. As estratégias de inclusão precisam ser complementadas com políticas de apoio à permanência, que considerem as condições socioeconômicas e culturais desses estudantes, permitindo que eles não apenas ingressem nas universidades, mas também que possam concluir seus cursos com sucesso.

Portanto, a partir da análise dos dados e da reflexão sobre os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu, é possível concluir que, embora o Brasil tenha avançado na expansão do acesso à educação superior, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que o sistema educacional seja verdadeiramente inclusivo e democrático. A verdadeira superação das desigualdades educacionais exige mais do que o aumento/expansão de vagas; ela demanda uma transformação profunda do próprio campo educacional, para que este seja capaz de acolher as diferenças e promover a equidade entre todos os grupos sociais. Para que isso ocorra, é fundamental que o campo educacional proporcione uma mudança do *habitus* dos indivíduos, por meio do conhecimento, do acesso a espaços que propicie o pensamento crítico, o acesso ao mercado de trabalho, ou seja, de forma que possibilite a esses grupos o acesso a novos campos sociais, anteriormente inacessíveis. Assim, ao permitir que os indivíduos de diferentes origens sociais adquiram o capital cultural necessário, o sistema educacional pode, de fato, ser um instrumento de transformação social, proporcionando não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a mobilidade social e a redução das desigualdades históricas que ainda marcam a sociedade brasileira.

5. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Travail et travailleursenAlgérie Paris**: Mouton, 1963.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas (**Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant;**réponses. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. Brasília, DF: Inep, 2024.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu:** conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Expansão e qualidade da educação superior:** um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 227-247, jul. 2022.

PINTO, Luiz Carlos. **A teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu**: uma análise de sua adequação à compreensão da prática científica. Revista Brasileira de Educação, n. 15, p. 60-70, jan./abr. 2000.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu e a teoria do campo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, 2006.

THOMSON, Pat. (2018). *Field*. *In*: Grenfell, Michael (Ed.), **Pierre Bourdieu:** Key Concepts. 2nd ed. Routledge, p. 65–81, 2014.

Como citar – ABNT

ABRÃO, Viviane Gaspar; MORAES, Karine Nunes de. Expansão da Educação Superior e a Reprodução das Desigualdades: Pensamento Bourdiesiano e a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE). **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025009, Julho, 2025. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75025

Como citar – APA

Abrão, V. G., & Moraes, K. N. de. (2025). Expansão da Educação Superior e a Reprodução das Desigualdades: Pensamento Bourdiesiano e a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE). *Revista Poíesis Pedagógica*, *23*, e2025009. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75025

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial
Submetido: 17 de março de 2025.
Aprovado: 04 de junho de 2025.
Publicado: 10 de julho de 2025.

Conflito de interesse
Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados
Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores
Resumo/Abstract/Resumen: Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Introdução ou Considerações iniciais:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Referencial teórico:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Metodologia:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Análise de dados:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Discussão dos resultados:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Conclusão ou Considerações finais:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Referências:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Revisão do manuscrito:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes; **Aprovação da versão final publicada:** Viviane Gaspar Abrão; Karine Nunes de Moraes.

Direitos Autorais
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poíesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access
Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la–ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de uso
Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade
Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço ***Similarity Check*** da Crossref.

Processo de avaliação
Revisão por pares duplo-cega (***Double blind peer review***).

Editora
Cláudia Tavares do Amaral

Fomento
O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

Publisher
Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1.**